

BRASIL E BRASILEIRO: O PROBLEMA DA ORIGEM

Nelson Mello e Souza
Chanceler

Uma das dificuldades que pode ser percebida na historiografia brasileira, desde os primeiros grandes trabalhos, como os de Sauthey, passando por Varnhagen e Capistrano no século XIX, para chegar ao moderno século XX e mesmo aos dias atuais, é a de não se considerar a questão de “quando”, sob o ponto de vista de nosso imaginário e de nossa psicologia coletiva, já se pode falar de “Brasil” e de “brasileiro”.

A questão parece não interessar a ninguém. Aceita-se passivamente que o Brasil nasce em 1500 e o brasileiro é o derivado natural desta nova nação que aparecia com as descobertas portuguesas.

Lamento não concordar com os grandes mestres, mas não me parece que seja assim. A nosso ver o “Brasil” entendido como “nação”, demorou a surgir e o “brasileiro” entendido como “povo” específico, em sentido antropológico, mais ainda. Vejamos por que julgo a questão fundamental.

Analisando o processo de ocupação e ulterior colonização da nova terra, podemos, e até devemos, dividi-lo em três momentos historicamente diferenciados:

a) O primeiro caracteriza o século inicial e parte do segundo, quando, claramente, não havia nem Brasil nem brasileiro, e sim uma região selvagem a ser colonizada. Os primeiros portugueses foram náufragos, degredados ou fugitivos. Uns poucos aventureiros fizeram parte destas levadas modestas de gente desclassificada, com alguns poucos aventureiros em busca de fortuna e sexo fácil com as índias. O nome “Brasil”, usado para a região, não foi privilégio português. Também espanhóis, franceses e holandeses assim a designavam, nela não vendo nenhum indício de vida civilizada e sim povos estranhos, os “brasis”, como seus habitantes naturais. Dela se iniciou um sistema elementar de abate e transporte da valiosa madeira de pau de tinta, excelente para dar cor aos produtos da indústria têxtil que ganhava corpo na Europa. Tampouco foi aceita como portuguesa, por mais que D. Manoel tentasse arrendá-la, com exclusividade, a alguns cristãos novos, donos dos capitais necessários, com a visível intenção de dar a Portugal a posse da terra como fato consumado. O território estava em aberto, era entendido como terra mais ou menos disponível, provocando incursões de piratas ingleses, navegantes espanhóis e, principalmente, grupos de franceses, na exploração, corte e transporte da madeira. Durante cerca de um século, a contar das primeiras navegações portuguesas, foi objeto de disputas entre os poderes europeus. O fenômeno não cessou, ao contrário, aumentou, depois que a Corte enviou uma forte e bem equipada armada, com objetivos ostensivos de iniciar o processo colonizador, sob o comando de um conceituado navegador português, ligado à Corte até por laços familiares, Martim Afonso de Souza. Portugal tentava dar mostras evidentes de ser o dono da região. As coisas não pareciam tão simples. Francisco I, rei de França, jamais reconheceu o Tratado de Tordesilhas, que concedia a terra imensa, descoberta ao oeste do Atlântico a Portugal. Ironicamente, este poderoso rei francês, pedia que lhe mostrassem o testamento de Adão, em que tal cláusula deveria estar escrita. Por isto, os franceses tentaram instalar por aqui a França Antártica, e mais ao norte, a França Equinocial. O projeto só não foi adiante devido às dificuldades internas da política francesa, envolvida numa complicada luta religiosa. Por isto, a resposta militar portuguesa teve êxito nos dois casos, pois não seria possível a Portugal enfrentar o poderio militar e naval francês se por lá houvesse coesão, paz interna e firmeza de objetivos orientados para a criação de uma colônia nos trópicos.

Mais adiante, os holandeses, chegados um século depois dos franceses, tampouco reconheciam o Tratado. O historiador Barléus, no início de sua obra sobre a ocupação holandesa do Nordeste, é bem claro em dizer que o Papa não podia conceder a ninguém a posse de algo que não lhe pertencia. O papado não era dono do mundo e dele não podia dispor. Desta forma se legitimava a expansão da guerra dos holandeses contra os espanhóis nas chamadas “Índias Ocidentais”, incluindo as ilhas do Caribe e a Costa do Brasil, ambas atacadas no mesmo período histórico pelas forças das “Repúblicas Unidas”.

O nome “Brasil” surgia, sem dúvida, e o próprio Barléus o usa, mas servia apenas para indicar a nova região por um lado e, entre os portugueses, para com ele batizar “sua” nova província. Ou talvez, como insinua Varnhagen, em função da predominância econômica do “pau Brasil” o nome de “brasileiro” se aplicava para designar quem se dedicava a esta profissão. Como canoeiro, carpinteiro ou tanoeiro. Ninguém concebia o “brasileiro” como produto cultural e nacional típico de uma região dotada de certa autonomia.

b) O segundo momento surge, especialmente, a partir de fins do segundo século, penetrando pelo terceiro, o século XVIII de nossa Era. Tomou corpo na região que se transformara em Colônia, submetida a um Governo Geral, adaptada a instituições jurídicas portuguesas, com povoamentos estáveis, consolidando um processo já em pleno curso formativo.

A diferença entre “província” e “colônia”! Pode ser sutil, mas é importante porque, neste caso, “Brasil” já não era mais considerado parte de “Portugal”. A província integra o Reino, a colônia não. Podemos ver a

diferença ao meditarmos sobre as diversas "províncias" brasileiras que constituíram o Império nos anos 1920 do século XIX. Eram parte de um Todo. "Província" não é objeto de exploração de fora para dentro. "Colônia" por outro lado, é entendida como algo à parte do Reino. Não o integra. Como tal tem tratamento específico, seu valor reduzindo-se ao fato de ser o alvo econômico de um processo de exploração;

c) Nosso terceiro momento é quando, finalmente, este sentimento da diferença se firma, sedimenta a personalidade coletiva do português aqui nascido, filho de muitas gerações firmadas na colônia, dando a este "português" meio complexado por sua origem "brasileira" a consciência plena da diferença. Já possuía interesses específicos, o que veio a provocar o antagonismo com as autoridades do Reino, geradoras do movimento da Independência.

Sintetizemos então. No primeiro caso, "Brasil" não significava coisa alguma além de uma região "vazia". Seus primeiros colonizadores e suas famílias consideravam-se "portugueses" emigrados. Não tinham como considerar-se de outra forma. Não era pelo fato de atravessar o Atlântico que João Ramalho, Caramuru, Braz Cubas, Duarte Coelho, mais adiante Tomé de Souza e Garcia D' Ávila iriam perder sua nacionalidade.

O mínimo que se pode dizer é que, em todo este período, de pelo menos um século e meio, não se cogitava de "brasileiro". O nome "brasileiro" começa a ganhar circulação para designar o português que aqui chegava para fazer fortuna e regressar anos depois ou o português que por aqui ia ficando por haver nascido na terra. "Brasileiro", portanto, surgia para designar um tipo de português de segunda classe. Os privilégios eram concedidos aos reinóis. No segundo momento, este português aqui nascido já se torna consciente da diferença. Percebe-se como "brasileiro", não mais português, objeto de um processo de exploração e discriminação administrativa. Toma consciência de sua condição. Consciência que vai ganhando corpo com o tempo. Afinal eram nativos, filhos de gerações sucessivas de um tipo humano com valores e gostos próprios, fala, hábitos e alimentação diferentes. É perceptível, nesta fase, a lenta geração de um sentimento de unidade colonial, diferente do que caracteriza uma província do Reino. Sendo colônia era submetida a restrições. Integrava-se à economia da Metrópole em regime de monopólio comercial por laços econômicos sedimentados pelo regime de monocultura de exportação com base no trabalho escravo.

No terceiro momento, amadurece definitivamente este sentimento. Sedições surgem em Minas, na Bahia, no Rio, em fins do século XVIII, e em Pernambuco logo na virada do novo século, ainda com a Corte portuguesa instalada no Brasil, num desafio claro pela independência, isto em 1817. Desestrutura-se o relacionamento e seu grau de compactação começa velozmente a diluir-se para ruir totalmente no início dos anos 1920.

Creio possível falar de Brasil e de brasileiro a partir do segundo momento de nossa história, não antes. Assim mesmo com sérias restrições. Haja vista que a grande História do Brasil escrita por Rocha Pita no século XVIII não tem o nome de história do Brasil e sim de "História da América Portuguesa".

Por outro lado, na virada do século, a apoteótica recepção à corte de D. João VI quando de sua chegada ao Brasil, tanto em Salvador quanto especialmente no Rio, ainda demonstra o orgulho humilde deste povo reconhecendo num rei português, o "seu" soberano. O fato encheu os "brasileiros" de orgulho. Evidentemente este povo ainda nutria linha divisória meio opaca entre ser "brasileiro" e ser "português vivendo em colônia".

Por tudo isto, creio ser importante definir a fase de nossa história em que já se pode falar de "brasileiro". Não só por ser um impulso na direção da verdade histórico-cultural, senão, também, porque o fato vai influir em nossa ulterior e ansiosa busca de uma identidade nacional bem definida pela psicologia da desconfiança. Desconfiança em nosso potencial. A lentidão e os percalços do processo vieram marcar evidente complexo de inferioridade que atravessou toda a vida do Império, nutrindo, no silêncio de nós mesmos, e até em certas manifestações literárias, sociais e políticas explícitas, o sentimento que nutríamos quando nos comparávamos com o europeu, especialmente o francês e o inglês. Não me parece sensato retirar o tema de nossa agenda de pesquisas, se pretendermos nos entender e captar nossa especificidade como povo.